



## **GUERRA DE CANUDOS COMO REFLEXO DA POLÍTICA REPUBLICANA:**

### **Lições aprendidas da 3ª Expedição <sup>1</sup>**

Uilson Nascimento

**Resumo:** A preservação da memória da Guerra de Canudos é importante para a historiografia militar brasileira. As evidências do passado devem ser revisitadas e analisadas para elucidar temas de interesse da História do Brasil. As ações militares contra Antônio Conselheiro e seus seguidores são política de Estado da 1ª República. A arte da guerra deixou lições importantes na tática e na estratégia, mas também relembra aos militares a influência da política nas decisões dos comandantes, cuja responsabilidade é o cumprimento da missão nos parâmetros da legalidade republicana. Canudos deixou ensinamentos que não devem ser esquecidos. Este estudo pretende esclarecer questões políticas, econômicas e sociais que interferiram no emprego militar, tendo como referência a 3ª Expedição comandada pelo Coronel Antônio Moreira César. O confronto entre militares e jagunços na caatinga suscita reflexões sobre limites e responsabilidades do Comandante nos conflitos internos no país.

**Palavras-chave:** Política. Guerra. Jagunços.

## **1 INTRODUÇÃO**

O cenário político da segunda metade do século XIX exigiu a profissionalização militar. A guerra como solução política encontrava respaldo em teóricos como Clausewitz. O poder militar estava destinado a contribuir com a formação e consolidação dos Estados nacionais. Clausewitz, inspirado por Napoleão Bonaparte, assimilou os seus ensinamentos, apresentando em sua obra o método para compreender os princípios essenciais da guerra e sua relação com a política. Em sua obra “Da Guerra” - Livro I, lança as bases para a doutrina que mudaria a relação da política com a guerra.

Capítulo I (24): A guerra é uma simples continuação da política por outros meios – Vemos, pois, que a guerra não é somente um ato político, mas um verdadeiro instrumento político, uma continuação das relações políticas, uma realização destas por outros meios. [...] A arte da guerra em geral, e a do comandante em cada caso específico, pode exigir que as tendências e as intenções da política não sejam incompatíveis com estes meios, exigência seguramente a não desprezar. [...] pois que a intenção política é o fim, enquanto a guerra é o meio, e não se pode conceber o meio independente do fim. (CLAUSEWITZ, 2017).

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em História Militar, da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em História Militar. Orientação: Professor Luiz Carlos Carneiro de Paula.



Os séculos XVIII e XIX foram períodos de profundas mudanças políticas e econômicas. Ocorreram diversos fatos históricos que marcaram a transição da Idade Moderna para a Idade Contemporânea. No campo político, podem ser citados os seguintes: a Independência dos EUA, a Revolução Francesa e as Guerras Napoleônicas; no campo econômico, o fato histórico mais relevante foi Revolução Industrial com destaque para pensadores iluministas como Locke e Adam Smith, que preconizavam o liberalismo econômico. Os pensadores iluministas terão grande influência política para definir os rumos da economia com consequências nas escolhas do final do século XIX. Opções políticas como o Imperialismo e o Neocolonialismo, econômicas como capitalismo industrial e filosóficas como o positivismo, no exterior, terão reflexos no Brasil nos anos finais do século XIX.

Os problemas discutidos foram os seguintes: “por que Canudos foi considerada uma ameaça para a República?” e “por que o contingente militar enviado para a 3ª Expedição não venceu os jagunços liderados por Antônio Conselheiro?” O objetivo geral foi analisar a política republicana relacionada ao fracasso da 3ª Expedição militar enviada ao Arraial de Canudos; os objetivos específicos são os seguintes: avaliar a influência dos aspectos políticos no pensamento militar brasileiro ao fim do século XIX; descrever o processo de formação social do sertanejo para compreender suas origens e crenças; explicar o planejamento operacional do Comandante à luz dos princípios da arte da guerra. A pesquisa foi pura, com vistas a contribuir para a solução do problema apresentado, e empírica com base em experiências vivenciadas por indivíduos que participaram da referida operação militar. A exploração do tema foi enriquecida pelas entrevistas de historiadores e pesquisadores por ocasião dos 120 anos passados da guerra, além de enfatizar as questões sociais que marcaram a vida do sertanejo.

Este trabalho acadêmico foi realizado por meio de investigação qualitativa com abordagem de Estudo de Caso, de caráter explicativo e com base no procedimento técnico de pesquisa bibliográfica. O resgate das memórias da 3ª Expedição teve por base as variáveis que fundamentaram os questionamentos da pesquisa, a saber: as influências políticas e filosóficas sobre o pensamento militar; o combatente sertanejo [jagunço], suas origens e crenças; o planejamento operacional do Comandante e as lições da arte da guerra. O marco teórico está fundamentado nos Clássicos: Casa Grande & Senzala, Os Sertões, O Soldado e o Estado, Da Guerra e A Arte da Guerra.



Destacam-se as visões participantes de atores que de alguma forma participaram do evento histórico: pessoas comuns que foram entrevistadas, combatentes de ambos os lados e jornalistas como Euclides da Cunha e Manuel Benício. São, portanto, dois os objetos de estudo: a política da 1ª República e as lições aprendidas da arte da guerra sobre o emprego militar. Os limites da pesquisa são as políticas de Estado para o interior do País nos Governos de Floriano Peixoto e Prudente de Moraes e seus reflexos no campo militar, particularmente em relação à sedição de Canudos e outras revoltas que eclodiram no período. Será estudado o planejamento militar e suas condicionantes com foco na doutrina militar vigente à época e sua relação com os princípios de guerra e com o estudo de situação do Comandante. A pesquisa bibliográfica contemplará, também, outros pesquisadores que estudaram a Guerra de Canudos, o amparo legal com base na Constituição Federal e o pensamento estratégico militar.

Os problemas discutidos por este trabalho são de interesse da sociedade porque visam o resgate da memória do emprego de força militar em território nacional, em estudo que aborda questões doutrinárias de ordem tática e estratégica. Embora a Guerra de Canudos já tenha sido objeto de estudo de diversos pesquisadores, a relevância do trabalho está em considerar o emprego das Forças Armadas definido na Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891, com as condicionantes políticas, econômicas e sociais da época. Estas lições interessam não apenas à sociedade, mas também ao militar profissional comprometido com o Estado Democrático de Direito.

A guerra de Canudos é importante referência da aplicação do poder militar para a compreensão das relações de poder estabelecidas na 1ª República. As estratégias envolvidas no emprego militar da 3ª Expedição comandada pelo Coronel Moreira César e as lições aprendidas da arte da guerra são o foco deste trabalho acadêmico, destacando a solução militar como política de Estado republicano. É necessário voltar no tempo para compreender o fato histórico, evitando as armadilhas do anacronismo, resgatando o ambiente operacional que reuniu, naqueles anos longínquos, os atores diretamente responsáveis pelos acontecimentos. Espera-se demonstrar a importância da relação entre os objetivos políticos e militares, reunir documentos históricos e obter ensinamentos doutrinários e respostas técnicas para o fracasso da operação militar.



## 2 A GUERRA INTERNA COMO POLÍTICA DE ESTADO REPUBLICANO

A guerra é a imposição da vontade do Estado sobre o seu oponente. Os objetivos políticos serão alcançados utilizando todos os recursos do poder nacional expressos pela aplicação do poder militar. A política é a forma como o Estado se organiza para atender as necessidades de seu povo. As políticas de Estado são as estratégias para atingir estes objetivos, trata-se da grande estratégia proposta por Jomini. Beaufre compreendeu que a estratégia é composta de vários campos do poder nacional; Liddel Hart explicou a aplicação das estratégias direta e indireta, a primeira priorizando o poder militar e a segunda a diplomacia, além de pressões políticas e econômicas. Fica esclarecido que a definição da estratégia é decisão política. Entretanto, a questão é o porquê de o Brasil republicano definir os sertanejos de canudos como inimigos do Estado.

A Proclamação da República no Brasil resume o pensamento político de uma elite agrária ressentida com a monarquia. Esta oligarquia rural empresta suporte para os grupos republicanos com o objetivo principal de descentralizar o poder político e fortalecer as lideranças estaduais. A política da 1ª República será desafiada pelos contrastes entre o campo e a cidade. Neves (2018) considera os cenários da 1ª República na virada do século XIX para o século XX, enfatizando as diferenças marcantes entre a capital federal e o interior: progresso e marasmo. O entusiasmo de alguns setores da sociedade urbana contrastava fortemente com a indiferença e desconhecimento da população do interior. Este descompasso temporal e social terá consequências no confronto entre dois mundos, passado e presente, demonstrando a dificuldade da política republicana em dialogar com a população do interior do país. O tempo social urbano seguia o ritmo intenso dos debates políticos e das crônicas dos jornais rumo ao progresso republicano; o tempo natural do sertão mantinha o ciclo de domínio e servidão característicos do passado colonial. A autora destaca a manutenção dos laços coloniais nos distantes rincões da república:

Marasmo. É um tempo que parecia transcorrer tão lentamente que sua marcha inexorável mal era percebida. Assim, nas fazendas, nas vilas do interior e nos sertões do país, essa mesma virada do século seria percebida. Ali, nada parecia romper uma rotina secular, firmemente alicerçada no privilégio, no arbítrio, na lógica do favor, na inviolabilidade da vontade senhorial dos coronéis e nas rígidas hierarquias assentadas sobre a propriedade, a violência e o medo. Tudo parecia sempre igual, e o tempo, ao menos aparentemente, ainda seguia o ritmo da natureza. (NEVES, P. 11-12, *IN* DELGADO E FERREIRA, 2018).



A constituição de 1891 definiu importantes questões referentes ao voto, à federação, à igreja e às forças armadas que terão consequências nos governos de Floriano Peixoto e Prudente de Moraes. No seu artigo 70, definiu os cidadãos habilitados para votarem e serem eleitos. Estavam excluídas as mulheres, os menores de 21 anos acompanhados dos mendigos, analfabetos, “as praças de pré, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior”, e “os religiosos de ordens monásticas [...] sujeitas a voto de obediência, regra ou estatuto que importe a renúncia da liberdade individual”. Ou seja, os habilitados ao voto não representavam a nem de longe a totalidade da população. Segundo o INEP [Mapa do Analfabetismo no Brasil], 65,3% da população com 15 anos ou mais era analfabeta em 1900. Nicolau (2012) explica que não havia veto constitucional ao voto feminino, mas é que “não havia necessidade de fazê-lo, pois a política do século XIX era pensada como uma atividade eminentemente masculina”. Esclarece, ainda, o autor que as estatísticas sobre as eleições realizadas na Primeira República são precárias, sendo difícil avaliar o volume de cidadãos inscritos como eleitores e os que compareciam às urnas nos anos de 1900:

[...] Lei Rosa e Silva, de 1904, que exigia que o eleitor requeresse o registro e provasse que sabia ler e escrever. No primeiro alistamento, de 1905, foram cadastrados 791 mil eleitores, o que correspondia aproximadamente a 4% da população total do país. Sete anos depois, o total de eleitores subiu para 1,3 milhão, cerca de 5% da população. (NICOLAU, 2012 – CAPÍTULO 2).

A filosofia positivista influenciará decisivamente a política e a economia na Primeira República. A relação entre o iluminismo e o positivismo é explorada por Moreira (2014) no estudo sobre filosofias e paradigmas da geografia moderna. Explica, no capítulo 1, que Humbolt e Ritter são a transição do pensamento iluminista para o positivista porque vivenciaram a Revolução Industrial e a Revolução Francesa. Esta transição da visão romântica alemã de Kant, onde o homem fazia parte da natureza, será substituída pelo pragmatismo industrial, onde o meio ambiente se torna reserva de recursos naturais e o ser humano sai da esfera da geografia para a sociologia, deixando de fazer parte da natureza. Esta nova forma positivista de organizar a ciência alterou a percepção do mundo natural com importantes reflexos na área psicossocial.

Inspirado nos EUA, França e Inglaterra, o liberalismo político no Brasil é explicado por Faoro (2012) como cultura e modernidade para o brasileiro nos anos iniciais da República. A educação da elite econômica ocorria no exterior desde os tempos coloniais. A política republicana foi organizada em torno dos interesses das



oligarquias rurais. Fatura de mão-de-obra e trocas internacionais sem restrições fazem o produtor agrícola e o exportador prosperarem.

Liberalismo político casa-se harmoniosamente com a propriedade rural, a ideologia a serviço da emancipação de uma classe da túnica centralizadora que a entorpece. Da imunidade do núcleo agrícola expande-se a reivindicação federalista, empenhada em libertá-lo dos controles estatais. Esse consórcio sustenta a soberania popular – reduzido o povo aos proprietários agrícolas capazes de falar em seu nome [...]. (FAORO, 2012 – p. 567).

O conceito de democracia em vigor descon siderava a massa popular e seus interesses. Havia, portanto, um abismo entre o progresso urbano e o abandono da população rural usada apenas como reserva de mão-de-obra. Esta situação se agravava nos sertões pela distância física e política da capital. O abandono do sertanejo à própria sorte dará espaço para lideranças religiosas e para as revoltas messiânicas, dentre estas Canudos. Rebeliões anteriores no Governo de Floriano Peixoto foram combatidas a ferro e fogo, de forma nada republicana. Dois exemplos disso são a Revolução Federalista e a Revolta da Armada, ambas na Região Centro-Sul do País. Todos esses conflitos violentos estavam ligados às diferentes expectativas de grupos sociais sobre o papel da República. Houve diversas revoltas na História do Brasil desde o período colonial. A forma como o Estado tratou destas questões variou conforme a política vigente. A política excludente da República Velha avaliou os dissidentes políticos como inimigos do Estado.

## 2.1 O SERTANEJO, SUAS ORIGENS E CRENÇAS

A formação da nacionalidade inclui os conceitos de povo, nação e território, que não alcançaram a população na mesma proporção geográfica e social. A identidade nacional tem lacunas formadas pela oposição entre liberdade e escravidão, riqueza e pobreza, desenvolvimento e subdesenvolvimento, cidadania e exclusão. Este formato de construção do País explica, em parte, as desigualdades regionais e as diferentes formas de participação política. Certo é que, quando parcela da sociedade não está representada politicamente, o resultado costuma ser a luta armada.

As nações do tronco tupi estavam presentes no litoral durante os trezentos anos de colonização portuguesa, sendo apenas esta língua objeto de estudo pelos missionários jesuítas. O Padre José de Anchieta publicou uma gramática tupi em 1595. As demais línguas eram desprezadas pelos portugueses e consideradas travadas, difíceis de aprender. Assim, as línguas indígenas das tribos do sertão eram um obstáculo para a



diplomacia. Os desbravadores lusos tinham interesse no avanço para o interior para além da linha do Tratado de Tordesilhas. Entretanto, este processo ocorreu por meio da guerra, consideradas as dificuldades para interagir com as tribos do sertão. Apoiando-se no conceito de “guerra justa” na definição de Santo Agostinho, os portugueses justificaram as ações das Entradas e Bandeiras para o apresamento de indígenas no interior do sertão. De acordo com Mello (2018, p. 58) “Isolamento e incomunicabilidade respondem pela característica cultural mais marcante do universo sertanejo: o arcaísmo, insista-se no ponto. Ainda hoje se pode ouvir o eco do que foi esse traço fortíssimo da vida social fixada ali [...]”. A guerra que o colonizador travou com as tribos indígenas do sertão no período de 1687 a 1720 selou as relações de poder daquela região com o litoral.

O espírito guerreiro do sertanejo está relacionado às suas origens. A miscigenação ocorrida no sertão, forjada pela força das armas, foi caracterizada pelo encontro de povos na luta pela sobrevivência. O sertanejo será moldado nas guerras travadas por indígenas e africanos contra os portugueses. O traço social do sertanejo estará ligado às difíceis condicionantes de permanência naquela região de clima semi-árido do interior, inóspita para o plantio ou caça, exigindo sempre muito sacrifício e determinação dos habitantes locais. O isolamento político seria amplificado ao longo dos anos pelo analfabetismo e pela distância dos centros de decisão.

A participação do negro é marcante na formação do sertanejo. Trata-se do negro fugido da escravidão e sua integração com os índios no sertão, como salienta o antropólogo brasileiro Roquette-Pinto:

A mestiçagem deu o jagunço: o jagunço não é mameluco, filho de índio e branco. Euclides estudou-o na Bahia; Bahia e Minas são os dois estados da União em que mais se espalhou o africano. [...] é grave erro acreditar que no grande sertão central e na baixada amazônica o sertanejo seja só caboclo. Tanto nas chapadas do Nordeste como nos seringais há cafuzos ou caborés, representantes de uma parte de sangue africano. [...] Muitos escravos fugiam para se aquilombar nas matas, nas vizinhanças de tribos índias. A fuga das mulheres era mais difícil; de sorte que o rapto das índias foi largamente praticado pelos pretos quilombolas. (FREYRE, 2006).

A formação dos Quilombos ocorreu a partir das Invasões Holandesas durante a União Ibérica. A explicação para este fato está nas diferenças no processo de inserção do negro escravizado nos Engenhos de cana-de açúcar. Os portugueses quebravam os vínculos culturais de língua, família e religião e os enviava às feitorias para aprenderem



ofícios relacionados ao serviço no engenho. Desta forma, sem identidade cultural, adaptados ao serviço forçado e submetidos ao jugo da escravidão, só então eram conduzidos para os engenhos na colônia. Os holandeses, por outro lado, recebiam os negros no litoral africano e os enviava diretamente para o trabalho nos engenhos. Mantida a identidade dos diferentes grupos africanos, as revoltas e fugas se intensificaram, mesmo porque os senhores de engenho não possuíam estrutura para conter ou combater as rebeliões. Estes negros quilombolas eram conhecedores dos fundamentos das guerras tribais africanas.

Os conquistadores do sertão eram homens duros e determinados. Eles são o terceiro elemento desta saga que determinará os traços do sertanejo brasileiro. As Entradas e Bandeiras eram unidades militares não convencionais com organização baseada na contratação de milícias. Sua formação de combate era estruturada em grupos indígenas que possuíam as seguintes características: grande mobilidade, conhecimento do terreno, porte de armamentos leves e uso de técnicas de emboscada e ações rápidas. Faoro explica o perfil dos desbravadores do sertão:

Na categoria dos conquistadores entram os bandeirantes, com a magna expressão de seus feitos, e os filhos do norte, embrenhados no sertão, para o grande encontro no São Francisco, que seria a espinha dorsal da unidade brasileira. [...] O conquistador - “bravo e destemeroso”, “resignado e tenaz”, com “destempero viril” – assumiu a figura, nas primeiras tintas que lhe definiram o perfil, do cativador de índios, do buscador das minas, do rastreador de campos de criação, contratado “pelos poderes públicos para pacificar certas regiões em que os naturais apresentavam mais rija resistência”. (FAORO, 2018).

A instituição que o sertanejo terá como referência no passar dos anos será a Igreja Católica, cuja influência no interior do Brasil teve início com a catequização dos índios pelos jesuítas durante a contrarreforma religiosa. O Padre Manoel da Nóbrega, chefe da primeira missão jesuítica estava presente na comitiva do primeiro Governador – Geral Tomé de Souza em 1549; o Padre José de Anchieta veio em seguida junto com o segundo Governador – Geral Duarte da Costa em 1553. A Igreja foi se consolidando como um poder paralelo com objetivos nem sempre alinhados ao Estado. Os jesuítas acabaram expulsos da América Portuguesa pelo Marquês de Pombal no século XVIII, porque a política metropolitana para os indígenas contrariava os religiosos. Contudo, a capilaridade da Igreja Católica permaneceu nos mais longínquos rincões na forma de paróquias, tendo o padre local o “status” de representante de Deus na terra.



## 2.2 LIÇÕES APRENDIDAS DA ARTE DA GUERRA

Entender os acontecimentos relacionados ao desfecho das operações militares em Canudos, distante do século XXI no tempo natural e social, requer a reconstrução do cenário político-econômico, social e militar daquele Brasil sacudido pelas transformações produzidas pela História ao final do século XIX: Revoluções burguesas, Revolução Industrial, formação e consolidação dos Estados Nacionais e Positivismo. Os primeiros governos da República estavam no clima revolucionário da derrubada do Império. A participação popular, tão essencial à democracia que se pretendia construir, era efêmera. Os grupos políticos que definiam os rumos da nação excluíram a população das decisões políticas.

Os princípios de guerra elencados no Manual de Doutrina Militar Terrestre EB20-MF-10.102 são fundamentos da estratégia. Embora o manual seja recente, estes fundamentos são antigos e derivam do pensamento de grandes estrategistas do passado. O plano de emprego tático utiliza esses princípios para operacionalizar os objetivos definidos pelo nível político-estratégico. O Manual de Operações EB70-MC-10.223 define quais são os fatores da decisão que irão transpor o planejamento estratégico para o nível tático ou de execução dos comandos subordinados. Estes modos de planejamento estavam presentes nas batalhas de Napoleão e nas decisões de campanha de Osório e Caxias na Guerra da Tríplice Aliança.

O Comandante deve analisar a missão recebida com critérios técnicos no campo tático e sua estratégia certamente vai derivar do objetivo político estabelecido pelo governo. A Lei é uma referência importante no Estado republicano que se identifica com a democracia. A escolha do Comandante da 3ª Expedição sinaliza para o objetivo político do Governo republicano à época, já que o Coronel Moreira César era militar conhecido por sua atuação na Revolução Federalista. O papel destinado às Forças Armadas para combater a sedição de Canudos será estudado para esclarecer as condicionantes políticas, estratégicas e táticas do emprego militar, considerando a Constituição da República de 1891, que aborda o emprego militar da seguinte forma:

Art. 14 (Título I) - As **forças de terra e mar** são instituições **nacionais, permanentes**, destinadas à defesa da pátria no exterior, e à **manutenção das leis no interior**. A força armada é **essencialmente obediente, dentro dos limites da lei**, aos seus superiores hierárquicos, e **obrigada a sustentar as instituições constitucionais**. (BRASIL, 1891). [Grifo do autor].



Os militares brasileiros foram muito influenciados pelo positivismo, especialmente após a Guerra do Paraguai. As consequências desta aproximação foi o envolvimento cada vez maior com a política e o afastamento das lides castrenses. A ciência era o que lhes interessava. Seu representante é o positivista Benjamim Constant, militar politicamente ativo na Proclamação da República e Ministro da Guerra no Governo Interino de Deodoro da Fonseca. Pode-se afirmar, portanto, que os chefes militares do Império, cujo expoente é o Duque de Caxias, eram influenciados politicamente pelo iluminismo na forma do despotismo esclarecido, sendo a guerra mais relacionada às manobras militares de Napoleão Bonaparte e ao humanismo de Kant – Guerra do Paraguai e Revolução Farroupilha; os chefes militares no limiar da república eram positivistas, viverão as influências do nacionalismo europeu e do pensamento militar de Clausewitz – Revolução Federalista e Guerra de Canudos.

O Coronel Moreira César é descrito em sua bibliografia como um florianista fanático. Tomara parte na contenção de diversas insurreições no início da República: como Comandante do 9º Batalhão de Infantaria em Salvador, em 1891, interveio na sedição baiana que culminou com a queda do presidente da Bahia; controla outro levante em Niterói no ano de 1892, agora no Comando do 7º Batalhão; atua com firmeza na Revolta da Armada (1893-1894), retomando o controle da Ilha de Villegaignon e da Ilha do Governador.

O perfil político-militar do Coronel Moreira César é destacado pelo escritor Laurentino Gomes (2013, p.360), que esclarece sua participação política na Revolução Federalista: “[...] em 16 de abril de 1894, o Coronel Moreira César, florianista e positivista fanático, promoveu um banho de sangue na cidade de Desterro, capital de Santa Catarina, ao fuzilar sumariamente 185 revoltosos”. O mesmo escritor ainda cita o baiano Rui Barbosa e sua crítica aos militares:

O militarismo, governo da espada pela espada, arruína as instituições militares. O militarismo está para o Exército como o fanatismo para a religião, como o charlatanismo para a ciência, como o industrialismo para a indústria, como o mercantilismo para o comércio, como o cesarismo para a realeza, como o demagogismo para a democracia, como o absolutismo para a ordem, como o egoísmo para o eu”. (RUI BARBOSA apud GOMES, 2013, p.373).

A Revolução Federalista ocorreu no Sul do País. Embora tenha sido violenta ao extremo, com fuzilamentos, perseguições e degolas, expressando o clima de ódio entre



os envolvidos, a fisiografia do Teatro de Operações, as razões do conflito e os meios empregados lembravam as guerras de cavalaria nos pampas e nas coxilhas. Situação bem diferente de Canudos. O clima e a vegetação hostil, o povo desconfiado e aqueles grupos de sertanejos determinados e dispostos a lutar no seu “habitat” natural: a caatinga. Moreira César estava confiante, ele realmente acreditava na superioridade militar das tropas federais, conforme atesta Fontes (1995), “[...] convencido de que, ao chegar às gargantas de Canudos, não mais restaria no arraial um só vulto”. Provavelmente pensava que a sua fama o precederia e causaria uma espécie de pânico aos naturais do sertão.

### 2.2.1 Os primeiros confrontos entre jagunços e tropas republicanas

Pozam (2017) explora as expedições militares enviadas para Canudos para criticar as decisões com base na doutrina de Sun Tzu. O primeiro confronto entre os seguidores do Conselheiro e o Estado ocorreu na região de Masseté porque comerciantes de madeira de Juazeiro não entregaram a madeira comprada pelos sertanejos. Após a morte de 44 integrantes da força policial baiana, o Poder Judiciário local solicita a intervenção do Presidente do Estado da Bahia. O Comandante do Distrito Militar, General Sólton Ribeiro, atende a solicitação do Presidente Estadual Luís Viana e o Exército Brasileiro passa a ser envolvido no conflito. O autor esclarece que a primeira expedição do Exército Brasileiro foi liderada pelo Tenente Manoel da Silva Pires Ferreira com um efetivo de aproximadamente 1 Companhia. Este contingente enfrentou um grupo de jagunços no povoado de Uauá, distante 10 léguas de Canudos no dia 21 de novembro de 1896. Segundo Azevedo (2003, p.169), em mensagem publicada pelo Governador em março de 1897 “Aí, na manhã de 21, foi a força inesperadamente acometida pelos conselheiristas, travando-se renhido combate ...”. O confronto resultou em pesadas perdas para os oponentes (algumas fontes citam 200 e outras 150 homens); a tropa federal contou a morte de 1 oficial e 10 praças, além de cerca de 20 feridos. Embora as perdas tenham sido maiores para os sertanejos, o Tenente Pire Ferreira recuou, em 22 de novembro, por causa de sérias dificuldades logísticas.

As pressões políticas levam o Comandante do Distrito Militar, General Sólton Ribeiro, a organizar outra expedição, agora comandada pelo Major Febrônio de Brito. Azevedo (2003, p.170) , seguindo com a transcrição da referida mensagem do Governador Luís Viana, demonstra o papel central desta autoridade na organização da



2ª Expedição: “Eu não podia deixar de presumir que essa coluna fosse mais do que suficiente para debelar os fanáticos [...] Deste parecer também era o juiz de direito de Juazeiro , a quem ordenei seguir para Queimadas a fim de auxiliar a mobilização da expedição [...]”. Pozam (2017) deixa claro que a interferência política ocorreu durante as duas expedições. A pressão política era tanta que o Comandante recebia ordens diretamente do Presidente do Estado Luís Viana, limitando a liberdade de ação para estudar a situação e decidir adequadamente. A 2ª Expedição do Major Febrônio, em 19 de janeiro de 1897, durante deslocamento para Canudos, teve sua infantaria surpreendida por um violento ataque dos sertanejos. Com poucas baixas, o contingente iniciou penosa retirada de 104 quilômetros para Monte Santo. A comoção com esta derrota foi geral. Faltou estudo de situação: o desconhecimento do terreno, do inimigo e os problemas logísticos causaram a derrota das duas primeiras expedições.

### 2.2.2 A ação militar de Moreira César

Os princípios de guerra e os fatores da decisão foram estudados para avaliar a ação de comando do Coronel Moreira César. São conceitos antigos, aperfeiçoados através dos tempos. Nenhum comandante militar pode prescindir do estudo criterioso da história militar e do emprego adequado desses fundamentos. Aquele que conseguir melhor compreender a situação, possivelmente vencerá a batalha. Assim tem sido ao longo dos séculos de emprego da Arte da Guerra.

As formas de combater daqueles jagunços [guerra de emboscadas na caatinga] era o modo antigo da terra conhecido como guerra brasílica. Este modelo foi fartamente utilizado nas guerras contra os holandeses no século XVII. Coltro (2018) apresenta diversas situações em que os luso-brasileiros empregavam a surpresa em momentos inesperados, causando enormes danos ao oponente com mínimas perdas. Mas o Comandante Moreira César não se interessou em ouvir os relatos das expedições anteriores, deixando de colher importantes informações:

Não tomou conhecimento das partes e informações prestadas pelos comandantes das duas colunas anteriores. Limitou-se a crer na opinião do governador de que o chefe de Polícia em Queimadas já havia providenciado para ter todos os recursos à sua disposição, principalmente abundantes meios de transportes e munições de boca. (ARARIPE, 1985).

A análise, a seguir, tomou por base quatro princípios de guerra “Surpresa – Objetivo – Manobra – Ofensiva” e quatro fatores da decisão “Missão – Inimigo – Terreno – Meios”. É célebre a frase do General Osório que trata da importância da



liderança do Comandante: “A força moral do soldado aumenta quando é bem comandado”. As derrotas anteriores sinalizavam problemas de comando e de liderança.

#### 2.3.2.1 Surpresa e Missão: “como e o que fazer?”

Não foi encontrada referência bibliográfica à missão recebida por Moreira César. É certo que a Constituição de 1891 exigia que qualquer intervenção nos Estados fosse precedida e condicionada ao pedido dos governadores, como nos ensina Arruda (2007 – p.91). A participação do Governador no início das ações contra os seguidores do Conselheiro foi explicada por ele mesmo em documento publicado em março de 1897 [(Arruda, 2003 – p.168 -172)]. A autoridade explica que recebera do Dr. Arlindo Leoni, juiz de direito do Juazeiro, de que aquela cidade seria atacada por gente de Antônio Conselheiro. A partir daí, segue-se o relato sobre as duas primeiras expedições. Infere-se que, até aqui, não havia envolvimento direto do Governo Federal, a não ser o apoio do Ministro da Guerra. Já as expedições seguintes, Moreira César e Artur Oscar, foram de ordem expressa da Presidência da República por solicitação do Governador. A missão era genérica com o objetivo de subjugar os revoltosos à ordem republicana e pacificar a Bahia.

A abordagem baseada em depoimentos colhidos à época e análise de historiadores irá demonstrar que não houve surpresa na ação militar. Fontes (1995) detalha, nos capítulos 2 e 3, as viagens do Comandante rumo à Canudos: o deslocamento marítimo do Rio de Janeiro a Salvador, a recepção pelo Governador e outras autoridades, o deslocamento ferroviário de Salvador até Queimadas. Não houve a menor preocupação com o sigilo das operações na concentração estratégica. A partir do deslocamento para Monte Santo, o dispositivo avançava em marcha administrativa. Não havia medidas de reconhecimento ou proteção, apenas avançavam. Poderiam ter sido emboscados inúmeras vezes em diversas ocasiões. A surpresa estava para os jagunços que conheciam o terreno e já tinham experiências de combates na região.

#### 2.3.2.2 Objetivo e Inimigo: “quando fazer, quem combater?”

O Comandante não estabeleceu um plano de ação consistente e não tinha objetivos táticos claros e definidos, a não ser a convicção de que seria capaz de vencer os jagunços com facilidade. Suas ações demonstraram que não conhecia o inimigo e sua motivação era predominantemente política, o que prejudicou sua visão



militar. De Queimadas, Moreira César, por telegrama para o Ministro da guerra manifesta suas certezas (Mello, 2014 – p. 124): “Só temo que o fanático Antônio Conselheiro não nos espere ...”. O objetivo era Canudos. O inimigo desconhecido: efetivos, logística, armamento, adestramento, motivações e lideranças. Sun Tzu já alertara sobre a necessidade de conhecer o inimigo ao citar ataque por estratégia:

Por consequência, está dito: Se conhecer o inimigo e a si mesmo, não temas o resultado de cem batalhas. Se conhecer a si mesmo, mas não ao inimigo, para cada vitória, também sofrerás uma derrota. Se não conhecer a si mesmo nem o inimigo, sucumbirás a todas as batalhas. (SUN TZU, 2014).

### 2.3.2.3 Manobra e Terreno: “onde e por onde fazer?”

Cunha (2016 – p.21)<sup>2</sup> descreveu em detalhes o componente humano, a fisiografia regional e os aspectos da rotina da guerra. “O solo arenoso e estéril ... revestido de vegetação escassa e deprimida, é, talvez mais do que a horda dos fanatizados sequazes de Antônio Conselheiro, o mais sério inimigo das forças republicanas.” Ele percebeu a extrema dificuldade imposta pela fisiografia local. Procurava entender como aqueles sertanejos incultos, sem treinamento militar, distantes no tempo, no espaço geográfico e nas perspectivas políticas, poderiam ter enfrentado e vencido as duas primeiras expedições federais, especialmente a terceira enviada pelo governo central e comandada pelo temido e respeitado Coronel Moreira César.

Região de estrutura rochosa antiga, pedregosa e com a característica de absorver o calor. O relevo de planalto ondulado e permeado por elevações como a Serra do Aracati, que se divide em morros isolados que cercam as localidades. As encostas são labirintos de pedra, somente conhecidos pelo caboclo da região. Destaca-se o Morro da Favela que dominava a localidade de Canudos. O relevo agressivo e inóspito dificultava a orientação da tropa regular, abrigava animais peçonhentos e era favorável às técnicas de emboscadas da guerra irregular. O clima semi-árido do sertão apresentava altas temperaturas, com poucas massas de ar circulando. A hidrografia pobre da região era servida de rios intermitentes, cujos leitos secos podiam servir de apoio ao deslocamento de tropas. As temperaturas altas e a falta de água eram fatores de extremo desgaste para a tropa regular. Por outro lado, o sertanejo, adaptado ao meio ambiente, explorava as condicionantes para desgastar a tropa regular antes de

---

<sup>2</sup> Euclides da Cunha, escritor, jornalista e ex- militar, estava presente na fase final da 4ª Expedição à Canudos.



surpreender com ataques furtivos. A vegetação da região de operações era a caatinga - permeável, semi-permeável ou impenetrável ao ser humano. As plantas mais características eram os arbustos retorcidos, secos e espinhosos cercados por cactos e, eventualmente uma árvore frondosa como umbuzeiro, o jatobá e o juazeiro. O litoral distante pouca influência detém sobre o bioma da caatinga. Assim, os recursos naturais são escassos, limitando-se, quanto à caça, aos animais peçonhentos, aranhas e lagartos; a água praticamente inexistente, sendo necessárias técnicas de sobrevivência para obtê-la. A caatinga, cujos espinhos podiam facilmente ferir o combatente, dificultava a visada e infligia grande desgaste físico, dificultando o apoio logístico, mesmo que mínimo.

A Marcha para o Combate na direção Queimadas – Monte Santo – Cumbe – Cajazeiras – Serra Branca – Rosário – Anjico pela Serra Araty foi um bom itinerário, diferente do utilizado pelo Major Febrônio. Neste caso, é razoável supor que isto não ocorreu ao acaso, afinal a escolha recaiu sobre um local mais afastado da caatinga brava, possibilitando maior controle sobre o dispositivo. A partir de Anjico, já próximo de Canudos, o Comandante ficou ansioso para chegar e decidir o combate, contrariando o planejamento anterior acertado com o seu Estado-Maior.

#### 2.3.2.4 Ofensiva e Meios: “para que e com o que fazer?”

A tropa sob comando de Moreira César partiu de Salvador para Queimadas, por via férrea, onde chegou em 8 de fevereiro de 1897. Fontes (1995, p.78) diz que, em Queimadas, 180 praças da Polícia da Bahia sob as ordens de um capitão foram incorporadas aos 1300 combatentes. Mello (2014, p.124) cita 1200 homens armados de fuzil Mannlicher, 700 infantas, um esquadrão de cavalaria e bateria de artilheiros com canhões Krupp de 75 mm, ambulância e comboio de 200 praças da polícia baiana armadas de fuzil Comblain. Azevedo (2003, p.184) esclarece que “a brigada foi definitivamente organizada em Queimadas [...]”. A composição dos meios era a seguinte: 7º Batalhão de Infantaria, que já havia atuado na Revolução Federalista, o 9º e um contingente do 16º Batalhões de Infantaria, 1 Esquadrão de Cavalaria e 1 bateria de Artilharia, médicos e farmacêuticos. Segundo Fontes (1995, p.95), “em Queimadas, primeira base de operações, deixa o Coronel Moreira César guarnição composta de 80 doentes e 70 crianças, que não suportavam o peso das mochilas”. Já Azevedo (2003, p.185), tratando do mesmo episódio diz “marchou a brigada para a Vila de Monte Santo (14 léguas) ficando em Queimadas as bandas de música, doentes e



praças sem a robustez necessária para o serviço militar, pela falta de desenvolvimento e pouca idade de outros, médicos, farmacêuticos, depósito de víveres e munições”.

Ambos os autores fazem menção a dois episódios: a presença de meninos alistados como combatentes e ataques epiléticos sofridos pelo Coronel Moreira César antes da partida para Monte Santo. A autora ainda destaca que o Major Cunha Matos relatou estes eventos em documentos e revelou a confiança que o Comandante depositava nele, nas palavras de Moreira César: “Sempre que estiver mal quero o Cunha Matos junto a mim porque será o meu substituto, visto dispor de todos os predicados militares de que disponho mas, ainda de mais um que não tenho e que consiste em ter prática de serviço de guerra”.

Cabe aqui um conceito muito apropriado para as operações ofensivas: iniciativa (EB 70 Operações – p. 3-4). Os oponentes têm suas próprias concepções de manobra, por mais simples que sejam. Um comandante poderá ter a ilusão de conduzir a manobra, mas a verdadeira iniciativa estará nas mãos daquele que detém o controle da situação. Não há registros de ensaios das operações planejadas, reconhecimentos, instrução militar para a tropa, orientação quanto a qualquer tipo de técnicas de ação imediata em caso de combate de encontro. Sabendo que o objetivo final era investir sobre canudos, não houve ambientação adequada ou mesmo o preparo da tropa para o combate em localidade; seguiram para o combate sem apoio logístico, com instrução militar insipiente e poucas informações sobre o inimigo. Após longas marchas em terreno hostil, o planejamento e o preparo técnico dos Comandantes logo seriam testados pelos jagunços. A narrativa de Manuel Benício, baseada no relatório do Major Cunha Matos, Comandante do 7º Batalhão e apresentada por Azevedo (2003), explica as ações empreendidas pela 3ª Expedição entre as páginas 181 e 202.

### 2.3.3 A condução das operações militares

A tropa acampou no Rancho do Vigário em 2 de março a três léguas e meia de Canudos. No dia 3, continua a narrativa de Manuel Benício, levantaram acampamento às 5 horas da manhã. Fora decidido em conselho que a Brigada acamparia em Angico, uma e meia légua depois, para então seguirem no dia seguinte para o ataque ao arraial. O primeiro contato com o inimigo aconteceu neste deslocamento, às 7 horas da manhã, entre Pitombas e Pau da Colher. Eram piquetes dos jagunços ocultos na caatinga atacando de emboscada. O Major Cunha Matos, no Comando do 7º Batalhão,



repeliu o inimigo. Ali, o Alferes Poli foi ferido gravemente, um militar morreu e o Comandante Moreira César recebeu um bago de chumbo de caça na omoplata direita e outros 4 soldados foram feridos levemente.

Nesse evento, a tropa foi atacada de surpresa. Os jagunços certamente observavam os movimentos e não queriam o combate ali. Como observou o Major Cunha Matos: “não se engane, Coronel; os jagunços fugirão, mas por tática; estão nos chamando para o arraial.” Moreira César mandou tocar oficiais e disse: “Meus camaradas, como todos sabem, estou visivelmente enfermo. Há dias que quase não me alimento; mas Canudos está muito perto e vamos tomá-lo.” [testemunho do Major Cunha Matos]. Com ordem para acelerar o passo, a Brigada chegou em Angico às 11 horas da manhã, ocasião em que manifestou Moreira César a intenção de prosseguir para Canudos. Araripe (1985) que Moreira César foi precipitado e não considerou o inimigo e o terreno adverso; entretanto, a investida de imediato não seria desacertada porque os jagunços estavam passivos e o Comandante contaria com a surpresa.

Mello (2014) considera que o dispositivo adotado foi previsível e sem qualquer originalidade: “A força entrou em linha de batalha, paralela à margem do Rio Vaza Barris; a polícia baiana e o 16º à esquerda, o 7º e o 9º pela direita; o Major Cunha Matos e o Coronel Tamarindo pelo centro; atrás do 7º estava a Artilharia e a Cavalaria com 66 homens; não havia forças em reserva. A tropa avançou após uma salva de artilharia de seis tiros que atingiu a Igreja. Neste momento, Moreira César surge à cavalo para a linha de frente trajando uniforme de “túnica de brim branco com galões dourados, calça de riscado branco e preto, botas e chapéu mole” aos gritos de “viva a República”. Era dispositivo de assalto a localidade, sem conhecer o lugar ou o dispositivo do inimigo; sem contar com surpresa e, ainda, sem adestramento adequado.

O desfecho foi o grave ferimento de Moreira César, alvejado por um tiro certeiro. As tropas emboscadas entre as casas por jagunços usando principalmente arma branca. Os jagunços estavam preparados e atacavam com determinação a tropa desorganizada. A ala esquerda fica sem munição, a cavalaria não consegue executar a carga e não passa do Rio. Anoitece. A tropa fica espremida refugiada na Casa Grande da Fazenda Velha. Morre Moreira César. O Coronel Tamarindo não estava preparado para assumir o Comando e não soube orientar a tropa naquela situação de pânico geral. Os jagunços não aproveitaram a oportunidade para contra-atacar. A ordem de Moreira



César, antes de morrer, fora que prosseguissem atacando ao amanhecer. A tropa com fome e sede, assustada e sem comando acaba por debandar. Serão emboscados pelos jagunços na estrada para Rosário de forma furiosa. O Coronel Tamarindo foi morto, assim como os Capitães Bahia, Vilarim e Salomão, este último o Comandante da Artilharia. O armamento foi abandonado para o inimigo pela tropa durante a fuga.

#### 2.3.4 Discussão e análise dos resultados das operações militares realizadas

O Exército Brasileiro conhecia a guerra de emboscadas, muito empregada pelos índios e utilizada pelos antigos patriotas na Batalha dos Guararapes. A doutrina militar vigente à época de Canudos era a da guerra regular (combate convencional) utilizada na Guerra do Paraguai e na Revolução Federalista. Interessante ressaltar que nesta última, os combatentes de Gumercindo Saraiva utilizavam técnicas para desgastar o inimigo, desaparecendo sem deixar rastros. Ocorre que no Sul do País a geografia contribuiu com a doutrina convencional por causa dos grandes espaços vazios dos pampas, favoráveis ao emprego da Cavalaria. Parte dos efetivos profissionais do Exército Brasileiro empregados na 3ª Expedição à Canudos faziam partes destes grupos.

O oponente era o sertanejo com suas credices místicas, lutando para sobreviver, vindo da vida miserável, acostumado às dificuldades, adaptado ao ambiente da caatinga. Aqueles jagunços eram ameaça ao “status quo” construído durante séculos pelos senhores de terra da oligarquia rural. Fica muito claro que a tropa federal republicana e positivista não estava preparada para aquele confronto. Não sabia sequer identificar com clareza o inimigo. Confundiu o povo do sertão com inimigos a serem destruídos. Fosse o Duque de Caxias, o Pacificador, Comandante daquelas operações, certamente o desfecho de Canudos seria muito diferente e mais republicano.

A incorreta aplicação dos princípios de guerra e o inexistente estudo de situação por parte do Estado-Maior, além da flagrante falta de adestramento da tropa foram fatores decisivos para a derrota da 3ª Expedição. Despertam atenção as ações intempestivas, a falta de liderança e o desconhecimento de conceitos básicos do emprego militar, como planejamento e reconhecimento, estudo do inimigo e do terreno, ensaios e preparo da tropa. Não se trata de anacronismo. Diversos exemplos da História Militar poderiam ter socorrido aquele Comandante: Anibal, Júlio César, Alexandre. Napoleão, Caxias, Osório, e muitos outros. O Comandante tem responsabilidades com o País, com a missão recebida e com a tropa que comanda.



### 3 CONCLUSÃO

O cenário político brasileiro no final do século XIX era promissor. Os ideais republicanos propagados por parte da elite política dos grandes centros urbanos seriam solução para as mazelas sociais resultantes da excessiva centralização e autoritarismo do período imperial. Mas em um País de proporções continentais como o Brasil, havia quem pensasse diferente. Em tese, as ideias iluministas postas em prática no Brasil, inspiradas na Revolução Francesa, visavam a democratização do poder e a inserção da população no debate político. Enfim o povo participaria das decisões políticas; este seria o ideal republicano.

A Primeira República brasileira, desde a sua fundação, vivenciou crises sucessivas porque lhe faltava legitimidade. O povo não participava dos processos políticos. A estabilidade política do 2º Reinado deu lugar às disputas de poder protagonizadas pelas oligarquias regionais. O contexto da Guerra de Canudos, ocorrida no Governo de Prudente de Moraes, está relacionado à dinâmica política e social com que diferentes governos em épocas distintas lidaram com o sertão. O papel destinado às Forças Armadas para combater a sedição de Canudos foi cuidadosamente estudado para esclarecer as condicionantes políticas, sociais e militares do emprego militar naquele momento histórico, com base na Constituição promulgada em 1891.

Canudos manifestou uma autonomia política e social que seria coerente com a democracia, mas considerada como risco para as instituições republicanas da época. Os intelectuais, a imprensa e os políticos estavam entusiasmados e influenciados pelos ideais positivistas traduzidos pela ideal francês de igualdade, liberdade e fraternidade. Articulando com o pragmatismo costumeiro, as oligarquias agrárias mantinham o seu modelo de país: regionalizado, agropecuário, monocultor e exportador. Neste modelo de Estado, a Constituição de 1891 selou o conceito de democracia pelo voto com a ausência da maior parte da população. O interior do país foi esquecido; presentes ali apenas a Igreja Católica e os coronéis senhores de terra. A produção rural brasileira estava alicerçada no café, no cacau e na borracha. Mas lá no sertão, a seca castigava e não tendo a quem recorrer, restava o padre e a esperança na pátria celestial. O sertanejo estava só, sem moradia e terra para plantar, ameaçado pela violência dos coronéis.



As Forças Armadas são instituições de Estado. A pesquisa comprovou o excessivo envolvimento político dos militares positivistas durante a Primeira República. O antagonismo das oligarquias rurais protagonizou a reação republicana contra Canudos, utilizando o Exército Brasileiro como instrumento político no conceito de Clausewitz. Foram demonstradas as interferências políticas na missão constitucional das forças armadas. O conhecimento do sertanejo e suas origens, além do estudo da história militar brasileira e dos exemplos dos líderes Caxias e Osório teriam sido muito importantes para o Coronel Moreira César para pacificar (estratégia) e manobrar (tática) durante o cumprimento da missão em Canudos.

As ações empreendidas durante a 3ª Expedição pelo Coronel Moreira César afastaram a concepção de emprego do Exército Brasileiro da pacificação e negociação, ações da maior importância na manutenção da integridade nacional. As operações militares em Canudos ocorreram por ação da política de Estado da Primeira República, cuja estratégia foi executada pelo Exército Brasileiro. O resgate da memória e o estudo da História Militar são muito importantes para o aperfeiçoamento da democracia.

## REFERÊNCIAS

ARARIPE, Tristão de Alencar. **Expedições militares contra Canudos – seu aspecto marcial**. 1ª Ed.– Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1985. Coleção General Benício – volume 230.

ARRUDA, João Rodrigues. **O uso político das Forças Armadas e outras questões militares**. 1ª Ed.– Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. ISBN: 978 - 85 - 7478 – 209 - 6.

AZEVEDO, Sílvia Maria. **“O Rei dos Jagunços de Manuel Benício”: Entre a ficção e a História**. Introdução, atualização ortográfica, notas e glossário pela autora; fotografias de Flávio de Barros. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. ISBN: 85 - 314 – 0776 - 1.

BRASIL. [Constituição (1891)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**: promulgada em 24 de fevereiro de 1891. São Paulo: Editora Wohnrecht, 2015.

BRASIL. [INEP - MEC]. **Mapa do analfabetismo no Brasil**. Estudo produzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Acesso em 20/09/2019. Disponível em: <[http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset\\_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/485756](http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/485756)>



CAPUANO, Cláudio de Sá. **ENTRE RUÍNAS E ECOS: CANUDOS EM MÚLTIPLAS VISÕES**. TESE. PUC/RIO. Acesso em 20/10/2019. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=8410@1>

CLAUSEWITZ, Carl von [1780 – 1831]. **Da Guerra**. 2ª Ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

COLTRO, Matheus Boina. **A GUERRA BRASÍLICA EM PERNAMBUCO (1630-1633)**. Artigo Científico. RIUNI/UNISUL VIRTUAL. Acesso em 05/11/2019. Disponível em: <<http://www.riuni.unisul.br/handle/12345/5799>>.

CUNHA, Euclides da [1866 – 1909]. **Canudos: diário de uma expedição**. 3ª Edição. São Paulo: Martin Claret, 2016. ISBN: 978 - 85 - 7232 – 588 - 2.

CUNHA, Euclides da [1866 – 1909]. **Os Sertões**. Edição crítica e organização: Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Ubu Editora, 2016. ISBN: 978 - 85 - 7126 – 000 - 9.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Orgs). **O Brasil Republicano: Primeira República (1889 – 1930)**. Volume I. 10ª ed. revisada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Editora, 2018. ISBN: 978 - 85 - 200 – 1357 - 1.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 5ª Edição. São Paulo: Globo, 2012. ISBN: 978 - 85 - 250 – 5242 - 1.

FGV CPDOC. **Infográfico dos efetivos e baixas das expedições contra Canudos**. Disponível em: <<http://atlas.fgv.br/marcos/anos-de-incerteza/mapas/efetivos-e-expedicoes-contracanudos>>. Acesso em 05/11/2019.

FIGUEIREDO, Luciano (Org). **História do Brasil para ocupados**. 1ª Ed. – Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013. ISBN: 978 - 85 - 7734 – 380 - 5.

FONTES, Oleone Coelho. **O TREME - TERRA: Moreira César, a República e Canudos**. 1ª Ed. – Petrópolis: Vozes, 1995. ISBN: 85 - 326 – 1578 - 3.

FREYRE, Gilberto [1900 – 1987]. **Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51ª Edição revisada. São Paulo: Global, 2006. ISBN: 978 - 85 - 260 – 0869 - 4.

GOMES, Laurentino. **1889: Como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da Monarquia e a Proclamação da República no Brasil**. 1ª Edição - 9ª reimpressão, 2017. São Paulo: Editora Globo, 2013. ISBN: 978 - 85 - 250 – 5446 - 3.

GUZZI, André Cavaller; Suzeley Kalil, MATHIAS. **AUTONOMIA NA LEI: As forças armadas nas constituições nacionais**. Artigo Científico. Revista Brasileira de Ciências Sociais – RBCS Volume 25, n 73, junho/2010, pp. 41 – 57.

HOLANDA, Sérgio Buarque de [1902 – 1982]. **Raízes do Brasil**. 27ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. ISBN: 978 - 85 - 359 – 2548 - 7.



HUNTINGTON, Samuel P. **O Soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares.** Tradução de José Lívio Dantas. 2ª ed. – Revisada e atualizada. Rio de Janeiro: BIBLIX Editora, 2016.

JÚNIOR, Valério Hoerner. **MARAGATOS: A Revolução Federalista no Paraná e o General Gumercindo Saraiva.** 1ª Ed. (ano 2007), 3ª reimpressão – Curitiba: Juruá, 2010.

LEITE, Leonardo Guimarães. **Canudos em debate: a memória como espaço de disputa.** I Encontro de História do Centro de Artes, Humanidades e Letras – CAHL. 18 a 21 out./2010. Acesso em 30/10/2019. Disponível em: <[www3.ufrb.edu.br › lehrb › uploads › 2011/08 › LeonardoGuimaraesLeite](http://www3.ufrb.edu.br/lehrb/uploads/2011/08/LeonardoGuimaraesLeite)>.

MANUAL DE CAMPANHA EB 20 – MF - 10.102. **Doutrina Militar Terrestre: manual de fundamentos.** 1ª Ed. Estado-Maior do Exército, 2014.

MANUAL DE CAMPANHA EB 70 – MC - 10.223. **Operações: manual de campanha.** 5ª Ed. Comando de Operações Terrestres, 2017.

MANUAL DE CAMPANHA C 5 – 40. **Camuflagem, princípios fundamentais e camuflagem de campanha.** 3ª Ed. Estado-Maior do Exército, 2004.

MELLO, Frederico Pernambucano de. **Apagando o Lampião: vida e morte do rei do Cangaco.** 1ª Ed. – São Paulo: Global, 2018. ISBN: 978 – 85 - 260 – 2455 - 7.

MELLO, Frederico Pernambucano de. **A Guerra Total de Canudos.** 3ª Edição revista e ampliada. São Paulo: Escrituras Editora, 2014.

MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico: por uma epistemologia crítica.** 2ª Ed. – São Paulo: Contexto, 2014. ISBN: 978 – 85 - 7244 – 535 - 1.

NICOLAU, Jairo Marconi. **Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais.** Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

POZAM, Marco Antonio Ferreira. **SUN TZU NA GUERRA DE CANUDOS: Decisões sábias e equivocadas nas quatro expedições.** Artigo Científico. RIUNI/UNISUL VIRTUAL. Acesso em 05/11/2019. Disponível em: <<http://www.riuni.unisul.br/handle/12345/3647>>.

RIBEIRO, Jota. **O Genocídio de Canudos: Porque o Exército evita comentar.** 1ª Ed. – São Paulo: Baraúna, 2017. ISBN: 978 – 85 - 437 – 0794 - 5.

SUN TZU [544 aC – 496 aC]. **A arte da Guerra.** Tradução para o português por Neury Lima. Barueri, SP: Novo Século, 2014.